

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO AGENTE DA TRANSIÇÃO*

Francisco Luís Murteira Nabo

A realização em Macau de um seminário sobre o futuro da Administração Pública, num momento crucial do período de transição, é em si mesma um facto digno de realce, não só pelo desafio que representa, como também pela coragem e frontalidade que é preciso ter, sabido como é que as questões da Administração Pública do Território não são das matérias mais fáceis de tratar, em termos de resposta a dar pela Administração do Território aos inúmeros problemas que enfrentamos nos poucos anos que antecedem o fim do período de transição.

Uma primeira palavra, pois, de encorajamento e respeito pelo esforço que nestes dois dias de trabalho todos os participantes irão desenvolver, equacionando publicamente questões tão sensíveis como os aspectos estruturais e organizacionais da máquina da Administração Pública, a sua funcionalidade, eficácia e eficiência, enfim, as questões relativas à localização de quadros.

Face ao enquadramento socio-político de Macau, é pacífico afirmar que a Administração Pública é o agente privilegiado da transição, devendo esta ser feita — é já um lugar comum, mas convém reafirmá-lo — sem rupturas nem descontinuidades.

Penso não inovar se caracterizar a Administração Pública do Território como pesada e morosa, por vezes ensimesmada e falha de diálogo institucional com o exterior e com o interior de si própria, quiçá sobredimensionada e desequilibrada na composição funcional dos seus recursos humanos.

Urge, pois, imperiosamente, proceder à sua reestruturação, em ordem a assegurar uma administração moderna e eficaz, susceptível de conduzir com segurança a nau da transição até ao ano 2000, e para além dele.

Essa reestruturação vem-se processando por três fases.

* Intervenção do Senhor Encarregado do Governo na sessão de abertura do colóquio «Administração Pública de Macau — que futuro?».

Uma primeira fase, prestes a concluir-se, que foi a da reestruturação do enquadramento jurídico dos agentes da Administração, estribada no pacote legislativo de 1989, no momento a ser objecto de acertos pontuais, que permitam, nomeadamente, a captação para os seus quadros de técnicos altamente qualificados, de preferência locais que, pelo exemplo e pela capacidade formadora, sejam agentes credíveis e credenciados da mudança.

Uma segunda fase, de reestruturação organizacional, que permita passar-se do actual estádio de estruturas hierárquicas piramidais e densas, com a inerente diluição de responsabilidades, para um modelo de estruturas mais fluidas, compostas por conjuntos de responsabilidades funcionais, mais moldáveis às solicitações dos sucessivos momentos históricos e fases de desenvolvimento.

Esta reestruturação funcional terá de passar, necessariamente, pelas fusões de serviços, diminuindo e, se possível, anulando as dispersões de funções idênticas ou aparentadas, e pela desconcentração do poder decisório, enriquecendo as competências dos diversos graus hierárquicos, com a consequente aproximação à entidade decisória dos utilizadores da Administração.

Por fim, uma terceira fase de reestruturação funcional, com incidência em três factores fundamentais.

Em primeiro lugar, a desburocratização, isto é, o reforço da transparência do aparelho da Administração, com a eliminação de procedimentos que apenas servem a subsistência daquele aparelho.

Em segundo lugar, a reforma das mentalidades dos trabalhadores da Administração. Como seu instrumento, uma aposta decidida na formação profissional daqueles trabalhadores, encarada numa perspectiva não só técnica mas também social, de molde a que os funcionários públicos se assumam como agentes de satisfação de necessidades sociais, como desbravadores de caminhos aos utilizadores dos serviços públicos e não como inventores de escolhos burocráticos.

Finalmente, propiciar que a Administração se auto-avalie e inquiria da sua rendibilidade social. Para tal, importa criar um sistema de indicadores de gestão, que permita aferir o número de efectivos ao seu dispor e seu custo, a ponderação das funções a que estão adstritos, os tempos de resposta e a qualidade desta às solicitações dos utilizadores, a aferição dos resultados obtidos face aos meios orçamentais, físicos e humanos disponibilizados.

Se somarmos a tudo isto a importância estratégica de uma adequada, coerente e realista política de localização de quadros, não surpreenderá que, efectivamente, se esteja perante um desafio ingente, mas que, obviamente, tem de ser ganho.

É, pois, neste quadro que desejo, senhores participantes, que este colóquio seja vivo, actuante e produtivo e que dele saiam contributos valiosos para a prossecução dos objectivos a que nos

propusemos, no domínio da transformação da Administração Pública do território.

